



*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

**LEI MUNICIPAL N.º 302/99**

**DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOSÉ ALDORI DE LIMA**, Prefeito Municipal de Sagrada Família, RS, no uso de suas atribuições legais, especialmente art. 27, incisos I e III, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

### **TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta lei tem como objetivo disciplinar os projetos e a execução de obras do Município de Sagrada Família - RS, para assegurar padrões mínimos de segurança, salubridade e conforto das edificações.

Art. 2º - A execução de toda e qualquer edificação, demolição, ampliação, reforma, implantação de equipamentos, execução de serviços e instalações no Município está sujeita às disposições deste código, assim como à Lei Municipal de parcelamento do solo Urbano, à Lei Municipal de uso e ocupação do Solo Urbano e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 3º - As edificações industriais, as destinadas a comércio ou serviços que impliquem na manipulação ou comercialização de produtos alimentícios, farmacêuticos, ou químicos, as destinadas a assistência médico-hospitalar e hospedagem, bem como outras atividades não especificadas neste código, além de atender às disposições que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer, em tudo o que couber, ao Decreto Estadual nº 23.430 de 24 de outubro de 1974, que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da Saúde Pública, à legislação Federal que dispõe sobre segurança do trabalho, bem como às Normas Técnicas específicas.

Art. 4º - A Administração Pública Municipal fixará, anualmente, por decreto, as taxas que serão cobradas pela aprovação ou revalidação de projetos, licenciamento de construção, prorrogação de prazos de execução de obras, "habite-se", bem como as multas correspondentes ao não cumprimento deste código.

### **TÍTULO II DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS**

#### **CAPÍTULO I DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA**





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

Art. 5º - As obras e os serviços a que se refere o art. 2º deste código deverão ser projetados e executados por técnicos habilitados ao exercício da profissão, devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal e em dia com os tributos municipais.

Parágrafo único - Estará isento de pagamento do ISSQN o profissional cadastrado em outro município, desde que seja responsável apenas pelo projeto.

Art. 6º - A Prefeitura Municipal não assumirá qualquer responsabilidade técnica pelos projetos e obras que aprovar, pelas licenças para execução que conceder e pelos "habite-se" que fornecer.

Art. 7º - Quando o responsável técnico for substituído a alteração deverá ser comunicada à Prefeitura Municipal e ao CREA-RS, com uma descrição das etapas concluídas e por concluir.

Parágrafo único - Caso não seja feita a comunicação da substituição, a responsabilidade permanece a mesma, para todos os fins de direito.

Art. 8º - A dispensa de responsabilidade técnica deverá obedecer às disposições vigentes no CREA-RS.

Parágrafo único - A dispensa de responsabilidade técnica não exime os interessados do cumprimento de outras exigências legais ou regulamentares relativas à obra.

### **CAPITULO II**

#### **DA APROVAÇÃO DO PROJETO E DO LICENCIAMENTO DA OBRA**

Art. 9º - A execução de toda e qualquer obra ou serviço será precedida do pedido de aprovação do projeto e licença para execução.

Parágrafo único - O interessado deverá estar em dia com o pagamento dos tributos Municipais para que a Prefeitura Municipal se manifeste a respeito dos atos administrativos mencionados no "caput" deste artigo.

Art. 10 - O pedido de aprovação do projeto e licença para execução deverá ser feito através de requerimento padrão acompanhados dos seguintes documentos, em 2(duas) vias assinadas pelo proprietário e pelo responsável técnico:

##### **I. Projeto Arquitetônico contendo:**

- a. planta de situação do terreno em relação à quadra com suas dimensões e distâncias a uma das esquinas, apresentando, ainda, o nome de todas as ruas que delimitam a quadra e indicação do norte magnético;
- b. planta de localização da edificação, indicando sua posição relativa às divisas do lote, devidamente cotada, área total do lote, área ocupada pela edificação, a área livre do lote, a área total edificada, um resumo das informações urbanísticas quanto a área, alturas, índices e recuos efetivamente utilizados e, ainda, os rebaixos no passeio e a localização da fossa séptica e do sumidouro;
- c. planta-baixa dos pavimentos diferenciados da edificação, determinando a destinação de cada compartimento, as cotas, as áreas e, ainda, dimensões e tipo de suas aberturas;





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeitura*

- d. elevação das fachadas voltadas para vias públicas;
- e. cortes transversal e longitudinal da edificação, com as dimensões verticais, perfil natural do terreno e os níveis dos pisos;
- f. memorial descritivo da edificação e especificações dos materiais;
- g. anotação de responsabilidade técnica (ART) do projeto e da execução;
- h. comprovante de pagamento da taxa correspondente;
- i. comprovante de propriedade do terreno a ser edificado.

Parágrafo único - Quando se tratar de edificações industriais, as destinadas a comércio ou serviços que impliquem na manipulação ou comercialização de produtos alimentícios, farmacêuticos ou químicos e as destinadas a assistência médico-hospitalar e hospedagem, será exigida aprovação prévia pela Secretaria da Saúde e Meio Ambiente do Estado, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 23.430 de 24 de outubro de 1974.

Art. 11 - As escalas exigidas para os projetos serão:

- I - 1: 1000 para as plantas de situação;
- II - 1:250 para as plantas de localização e de cobertura;
- III- 1:50 para as plantas- baixas, cortes e fachadas;

Parágrafo único - Em casos especiais, a critério da Prefeitura Municipal, poderão ser aceitas outras escalas.

Art. 12 - A Prefeitura Municipal examinará o projeto arquitetônico no prazo de 10(dez) dias.

Parágrafo único - Somente terão validade as vias do projeto que possuírem o carimbo APROVADO e rubrica do técnico Municipal responsável pela aprovação de projetos.

Art. 13 - A Prefeitura Municipal manterá em seu arquivo 1 (uma) via do projeto aprovado e dos que receberam visto, devolvendo as demais ao interessado, que deverá manter 1 (uma) das vias no local da obra, juntamente com o Alvará de Licença à disposição para vistoria e fiscalização.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS REFORMAS E DAS DEMOLIÇÕES**

Art. 14 - Nas obras de reformas, reconstrução ou ampliação deverão ser efetuados os mesmos procedimentos de aprovação de projetos novos, indicando-se nas plantas as áreas a conservar, demolir ou construir, utilizando as seguintes convenções:

- I - azul - área existente;
- II - amarelo - área a demolir;
- III- vermelho - área a construir;

Parágrafo único - Considerar reforma, reconstrução ou ampliação a execução de obra que implique em modificações na estrutura, nas fachadas, no número de





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeito*

andares, na cobertura ou na redução da área de compartimentos, podendo ou não haver alteração da área total da edificação.

Art. 15 - A demolição de qualquer edificação só poderá ser executada mediante licença requerida ao setor competente da Prefeitura Municipal, assinada pelo proprietário e pelo Responsável Técnico.

### **CAPÍTULO V DA VALIDADE E DA REVALIDAÇÃO DA APROVAÇÃO E DA LICENÇA PARA A EXECUÇÃO**

Art. 16 - A aprovação do projeto e licença para execução terá validade pelo prazo de 1(um) ano.

Art. 17 - Findo o prazo estabelecido no artigo anterior, sem que as obras tenham sido iniciadas, o interessado ou o responsável técnico poderá requerer a revalidação da aprovação do projeto e da licença para execução, devendo seguir as disposições das leis vigentes e pagar as taxas correspondentes.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo, a conclusão das fundações caracteriza obra iniciada.

### **CAPÍTULO VII DO "HABITE-SE "**

Art. 18 - Concluídas as obras, o interessado deverá requerer à Prefeitura Municipal vistoria para a expedição do "habite-se".

§ 1º - Considerar-se -á concluída a obra que estiver em fase de execução de pintura e com a calçada pronta, quando esta for exigida.

§ 2º - Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja expedido o respectivo "habite-se".

§ 3º - O fornecimento do "habite-se" para condomínios por unidades autônomas, disciplinados pela Lei do parcelamento do solo Urbano do Município, fica condicionado à conclusão das obras de urbanização exigidas.

Art. 19 - O requerimento padrão para o "habite-se" deverá ser assinado pelo proprietário ou pelo profissional responsável pela execução das obras.

Art. 20 - Poderá ser concedido o "habite-se" parcial quando a edificação possuir partes que possam ser ocupadas e utilizadas independentemente uma das outras, constituindo cada uma delas, uma unidade definida.

Parágrafo único - Nos casos de "habite-se" parcial, o acesso às unidades deverá ser independente do acesso às obras.

Art. 21 - Se, por ocasião da vistoria para o "habite-se", for constatado que a edificação não foi construída de acordo com o projeto aprovado, serão tomadas as seguintes medidas:





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

- I - O proprietário será autuado conforme o que dispõe este código;
- II - O projeto deverá ser regularizado, caso as alterações possam ser aprovadas;
- III - Deverão ser feitas a demolição ou as modificações necessárias à regularização da obra, caso as alterações não possam ser aprovadas.

Art. 22 - A concessão do "habite-se" pela prefeitura Municipal será condicionada às ligações de água, energia elétrica e esgoto.

Art. 23 - A Prefeitura Municipal fornecerá o "habite-se" no prazo máximo de 10 (dez) dias.

### **CAPÍTULO VII DAS PENALIDADES**

#### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 24 - O não cumprimento das disposições deste código, além das penalidades previstas pela legislação específicas, acarretará ao infrator as seguintes penas:

- I - multas;
- II - embargos;
- III - interdição;
- IV - demolição.

Art. 25 - Considerar-se-á infrator o proprietário do imóvel ou o profissional responsável pela execução das obras.

Parágrafo único - Responderão, ainda, pela infração, os sucessores do proprietário do imóvel.

Art. 26 - O auto de infração será lavrado em 4(quatro) vias, ficando as 3 (três) primeiras em poder da Prefeitura Municipal e a última, entregue ao autuado.

Art. 27 - O auto de infração deverá conter:

- I - a data e o local da infração;
- II - razão da infração;
- III - nome, assinatura endereço e assinatura do infrator;
- IV - nome, assinatura e categoria funcional do autuante;
- V - nome, endereço e assinatura das testemunhas, quando houver.

Parágrafo único - Se o infrator não for encontrado no local onde ocorreu a infração ou negar-se a assinar o auto da infração, este será remetido via correio e, após três dias, o infrator será considerado intimado para todos efeitos legais.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

Art. 28 - O infrator tem o prazo de 8 (oito) dias para apresentar defesa escrita, que será encaminhada ao órgão competente para decisão final.

Art. 29 - Os materiais deverão satisfazer às normas de qualidade relativas à sua aplicação na construção e ao que dispõe a ABNT em relação a cada caso.

Art. 30 - Em se tratando de materiais novos ou de materiais para os quais não tenham sido estabelecidas normas, a Prefeitura exigirá laudo técnico realizado por laboratório oficial e às expensas do interessado.

Art. 31 - Somente será expedido Alvará de Licença para construir, reconstruir ou ampliar edificações em terrenos que atendam as seguintes condições:

- I - possuam testada para via pública oficialmente reconhecida;
  - II - após terem sido vistoriadas e aprovadas pela Prefeitura Municipal as obras de infra-estrutura urbana, quando se tratar de terreno resultante de parcelamento do solo ou em unidades autônomas dos condomínios regidos pela Lei Federal nº 4591.
- Art. 32 - Não poderão ser licenciadas construções localizadas em:

- I - terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- II - terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;
- III - terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- IV - áreas de preservação ecológicas;
- V - áreas previstas como "non aedificandi" por legislação municipal, estadual ou federal.

Art. 33 - As fundações deverão ser completamente independentes das edificações vizinhas e deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote.

### **CAPÍTULO III DAS CALÇADAS**

Art. 34 - Os terrenos, edificados ou não, situados em vias providas de pavimentação, deverão ter suas calçadas pavimentadas pelo proprietário, de acordo com as especificações fornecidas pela Prefeitura Municipal.

Art. 35 - O rebaixamento de meio-fio para acesso à garagem deverá ser feito sem que haja danos à arborização existente na calçada.

Art. 36 - Não será admitido o rebaixamento do meio-fio em extensão superior à metade da testada do terreno, salvo nos casos em que os terrenos tiverem testada inferior a 6 (seis) metros.

§ 1º - Nenhum rebaixamento de meio-fio poderá ter extensão contínua superior a 5(cinco) metros.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeitura*

§ 2º - Quando houver mais de um rebaixamento de meio-fio num mesmo lote, a distância entre um e outros deverá ser de, no mínimo, 5(cinco) metros.

Art. 37 - O rebaixamento do meio-fio não poderá ocupar largura superior a 0,50m ( cinquenta centímetro ) da calçada, nem avançar sobre o leito da via.

Art. 38 - A rampa de acesso à garagem deverá situar-se integralmente no interior do lote.

### **CAPÍTULO IV DAS PAREDES**

Art. 39 - As paredes externas das edificações e as que dividem unidades contíguas, quando executadas em tijolos deverão ter espessura mínima de 20 cm.

Art. 40 - As paredes internas das unidades, quando executadas em tijolos, deverão ter espessura mínima igual à metade do comprimento de um tijolo comum maciço, conforme normas, ou a 0,15cm (quinze centímetro) .

Art. 41 - As paredes poderão ter espessura diferentes às estabelecidas neste capítulo quando, em conseqüências do emprego de materiais distintos, apresentarem condições de condutibilidade calorífica e sonora, grau de higroscopicidade e resistência equivalente aos que são obtidos com paredes construídas em tijolos maciços, mediante comprovação por laudo de ensaio procedido em laboratório oficial, ou atendendo Normas Técnicas específicas.

Art. 42 - Na subdivisão de compartimentos como escritórios e consultórios, será admitida a utilização de materiais sem comprovação das características mencionadas no artigo anterior.

Art. 43 - Quando as paredes externas estiverem em contato com o solo circundante, deverão receber revestimentos externo impermeável.

Art. 44 - As paredes dos compartimentos localizados no subsolo deverão ser inteiramente dotadas de impermeabilidade até o nível do terreno circundante.

Art. 45 - Os sanitários, as áreas de serviço, as lavanderias e as cozinhas, deverão:

I - ter revestimentos com materiais lavável, impermeável e resistente até a altura mínima de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros);

II- ter piso pavimentado com material lavável e impermeável.

Art. 46 - Os acessos e as circulações de uso coletivo deverão ser revestidos com piso antiderrapante, incombustível, lavável e impermeável.

Art. 47 - Os demais compartimentos deverão ser convenientemente revestidos com material adequado ao uso ou atividades a que se destinam na edificação.

Art. 48 - As coberturas de qualquer natureza deverão observar as normas técnicas oficiais específicas dos materiais utilizados, no que diz respeito à resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, resistências e impermeabilidade.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

Art. 49 - As coberturas de qualquer natureza deverão ser feitas de modo a impedir despejos de águas pluviais sobre as construções vizinhas e o passeio público.

Art. 50 - As portas deverão ter uma altura mínima de 2,10m ( dois metros e dez centímetros ), e as seguintes larguras mínimas:

I - acesso principal aos prédios de habitação coletiva

- 1,10m(um metro e dez centímetros);

II - acesso principal aos prédios de escritórios:

a - para prédios com até 500m<sup>2</sup> ( quinhentos metros quadrados) de área útil total - 1,10m (um metro e dez centímetros);

b - para prédios com área útil total de 500m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados)

- 1,10m (um metro e dez centímetros) acrescidos de 0,50m (cinquenta centímetros) para cada 500 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados) excedentes ou fração;

III - acesso principal de lojas:

a - para estabelecimentos com área de vendas de até 100m<sup>2</sup>(cem metros quadrados) - 1,10m (um metro e dez centímetros);

b - para estabelecimentos com área de vendas entre 100m<sup>2</sup>(cem metros quadrados) e 500m<sup>2</sup> ( quinhentos metros quadrados) - 1,50m(um metro e cinquenta centímetros);

c - para estabelecimentos com área de vendas acima de 500m<sup>2</sup>(quinhentos metros quadrados) - 1,50m(um metro e cinquenta centímetros), acrescidos de 0,50m(cinquenta centímetros) para cada 300m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) ou fração;

IV - acesso às unidades autônomas dos prédios destinados à habitação e escritórios, bem como portas secundárias de uso comum - 0,90m(noventa centímetros);

V - portas internas de unidades autônomas e de acesso comum a sanitários coletivos - 0,80m(oitenta centímetros);

VI - portas de compartimentos sanitários de unidades autônomas e cabinas de sanitários públicos - 0,60m(sessenta centímetros).

§ 1º - Compreender-se-á como área útil total toda e qualquer área utilizável do prédio, incluindo-se corredores e circulações. Apenas são excluídas da área edificada as áreas relativas às paredes.

§ 2º - Considerar-se-á como área de vendas, aquela efetivamente utilizada para tal fim, excetuando-se as áreas de depósitos, serviços administrativos e auxiliares do estabelecimento.

Art. 51 - Nos prédios destinados ao uso público, os vãos de acesso não poderão ter largura inferior a 1,10m(um metro e dez centímetros).

Art. 52 - Nos cinemas, teatros, auditórios, ginásios de esportes e demais salas de espetáculos e reuniões as portas deverão abrir para o lado de fora.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

### *Gabinete da Prefeita*

Art. 53 - A edificação deverá apresentar acabamento em todas as fachadas.

Art. 54 - Nas fachadas situadas no alinhamento, as saliências e sacadas poderão ter, no máximo:

I - 0,10m (dez centímetros) quando situadas até a altura de 3,00m(três metros) em relação ao nível da calçada;

II - 1/3 (um terço) da largura do passeio, quando situadas a mais de 3,00m(três metros) de altura em relação ao nível da calçada.

§ 1º - Para efeitos deste código, consideram-se saliências os elementos que sobressaiam ao plano da fachada.

§ 2º - Nenhum elemento da fachada poderá ocultar ou prejudicar árvores e equipamentos públicos localizados nas calçadas.

Art. 55 - As marquises da fachada das edificações situadas no alinhamento obedecerão às seguintes condições:

I - suas projeções devem manter um afastamento mínimo de 0,50m(cinquenta centímetros) em relação ao meio-fio;

II - devem permitir passagem livre com altura igual ou superior a 3,00m(três metros);

III - devem ser providas de dispositivos que impeçam a queda das águas sobre o passeio, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de calhas aparentes.

IV - devem ser construídas, na totalidade dos seus elementos, de material incombustível e resistente à ação do tempo;

V - seus elementos estruturais ou decorativos devem ter dimensão máxima de 0,80m(oitenta centímetros) no sentido vertical;

Art. 56 - As fachadas situadas no alinhamento não poderão ter, até a altura de 3,00m(três metros), janelas, persianas, venezianas ou qualquer outro tipo de vedação abrindo para o exterior.

### **CAPÍTULO V DAS CIRCULAÇÕES**

#### **SEÇÃO 1 DAS ESCADAS**

Art. 57 - As escadas deverão permitir passagem livre com altura igual ou superior a 2,00 m (dois metros) e obedecerão as seguintes larguras mínimas:

I - escadas destinadas a uso eventual - 0,60m (sessenta centímetros);

II - escadas internas de uma mesma economia, em prédios de habitação unifamiliar, coletiva ou de escritórios - 1,00m(um metro);





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

- III - escadas que atendam mais de uma economia, em prédios de habitação coletiva - 1,20m(um metro e vinte centímetros);
- IV - escadas que atendam mais de uma economia, em prédios de escritórios - 1,50m(um metro e cinquenta centímetros);
- V - escadas de estabelecimentos comerciais e de serviços que atendam ao público:
  - a - 1,20m(um metro e vinte centímetros) para áreas até 500 m<sup>2</sup>(quinhentos metros quadrados);
  - b - 1,50m(um metro e cinquenta centímetros) para áreas entre 500m<sup>2</sup>(quinhentos metros quadrados) e 1.000m<sup>2</sup>(mil metros quadrados);
  - c - 2,00m(dois metros) para área superior a 1.000m<sup>2</sup>(mil metros quadrados).

Parágrafo único: A área referida nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso V é a soma das áreas de piso de dois pavimentos consecutivos atendidos pela escada.

Art. 58 - Os degraus das escadas terão largura mínima de 0,27m(vinte e sete centímetros) e altura máxima de 0,19m(dezenove centímetros), obedecendo, para seu dimensionamento, a fórmula de Blondel:  $2h + b = 0,63m$  a  $0,64m$ , onde "h" é a altura do degrau, e "b" a sua largura.

Parágrafo único - Nas escadas em leque, o dimensionamento da largura "b" dos degraus será feito a uma distância de, no máximo, 0,60m( sessenta centímetros) do bordo interior, e a largura junto a este deverá ser, no mínimo, 0,07m(sete centímetros).

Art. 59 - É obrigatório o uso de patamar intermediário com extensão mínima de 0,80m(oitenta centímetros), sempre que o número de degraus consecutivos for superior a 16(dezesseis).

Art. 60 - Todas as escadas deverão ter corrimão contínuo em, no mínimo, 1(uma) das laterais, obedecendo as seguintes condições:

- I - ter altura mínima de 0,85m(oitenta e cinco centímetros), em relação a qualquer ponto dos degraus;
- II - permitir que a mão possa correr livremente na face superior e nas laterais;
- III - ter prolongamento mínimo de 0,30m(trinta centímetros) antes do primeiro e após o último degrau.

Parágrafo único - As escadas em leque deverão possuir corrimãos em ambos os lados.

Art. 61 - A existência de elevador ou de escadas rolantes não dispensa a construção de escada.

### **CAPÍTULO VI DAS ÁREAS DE ILUMINAÇÃO E DE VENTILAÇÃO**

Art. 62 - Para fins do presente código, as áreas de ventilação e de iluminação poderão ser abertas ou fechadas.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete do Prefeito*

§ 1º - As áreas abertas serão aquelas cujo perímetro é aberto em um dos seus lados para logradouro público em, no mínimo, 1,50m(um metro e cinquenta centímetros).

§ 2º - As áreas fechadas serão aquelas limitadas em todo o seu perímetro por paredes ou linha de divisa do lote.

Art. 63 - As áreas fechadas deverão:

I - ter área mínima de 6m<sup>2</sup>(seis metros quadrados);

II- ser visitáveis na base;

III- ter acabamento em todas as paredes.

Art. 64 - No dimensionamento da área fechada deverá ser computada a área do compartimento que estiver sendo ventilado através de outro compartimento.

Art. 65 - Para fins de dimensionamento das áreas fechadas, a área de serviço será considerada compartimento.

Art. 66 - A distância mínima frontal entre a abertura de economias distintas, numa mesma edificação, será de 4,00m(quatro metros) para compartimentos do tipo A e 2,00m(dois metros) para compartimentos do tipo B e C.

Art. 67 - Em qualquer caso, o diâmetro mínimo para as áreas que ventilem compartimentos será de 2,00m(dois metros) e, para os compartimentos do tipo especial(sanitários e circulações) será de 1,50m(um metro e cinquenta centímetros).

Art. 68 - Serão considerados suficientemente ventilados os compartimentos cujos vãos estejam localizados em reentrâncias vinculadas a uma área aberta, desde que a largura da reentrância seja igual ou superior a 1,5(uma e meia) vezes a sua profundidade.

### **CAPÍTULO VII DA ILUMINAÇÃO E DA VENTILAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS**

#### **SEÇÃO I DAS NORMAS GERAIS**

Art. 69 - Todos os compartimentos deverão ser iluminados e ventilados diretamente por abertura voltada para o espaço exterior.

Parágrafo único - Somente cozinhas, sanitários e despensa poderão ser iluminados e ventilados através de área de serviço e desde que a largura desta seja igual ou superior a 2(duas) vezes a sua profundidade.

Art. 70 - Os vãos deverão ser dimensionados atendendo tanto às exigências de iluminação como as de ventilação.

Parágrafo único - Considerar-se-á como vão de ventilação aquela parte da esquadria que efetivamente possa permanecer aberta e funcionar como tal.

Art. 71 - As escadas deverão ser dotadas de vãos de iluminação e ventilação em cada pavimento.

Art. 72 - Os vãos dos dormitórios deverão ser providos de esquadrias que permitam simultaneamente a vedação da iluminação e a passagem de ar.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

Art. 73 - Para fins de iluminação, a profundidade do compartimento não poderá exceder a 2,5(duas e meia) vezes a altura medida do nível do piso à face inferior da verga.

### **TÍTULO IV DAS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS**

#### **CAPÍTULO I DOS PRÉDIOS DESTINADOS À HABITAÇÃO**

##### **SEÇÃO I DO DIMENSIONAMENTO DOS COMPARTIMENTOS**

deverão:

Art. 74 - As salas de estar e jantar das unidades habitacionais

- I - ter pé-direito mínimo de 2,60m(dois metros e sessenta centímetros);
- II - permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de 2,60m(dois metros e sessenta centímetros);
- III - permitir, no mínimo, a disposição dos seguintes mobiliários:
  - a - 1 (um) armário de 1,50m x 0,40m(um metro e cinquenta centímetros por quarenta centímetros) e 1,80m(um metro e oitenta centímetros) de altura, com acesso livre por toda a extensão da frente;
  - b - 2 (dois) sofás de 1,20m x 0,90m (um metro e vinte por noventa centímetros) cada, com acesso livre por toda a extensão da frente;
  - c - 1 (um) conjunto de mesa com 4 (quatro) cadeiras, correspondente a um espaço de 2,00m x 1,40m(dois metros por um metro e quarenta centímetros) e localizado de modo a permitir o acesso livre por, no mínimo, um dos lados de maior dimensão.

Art. 75 - Os dormitórios das unidades habitacionais deverão:

- I - ter pé-direito mínimo de 2,60m(dois metros e sessenta centímetros);
- II - permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de 2,60m(dois metros e sessenta centímetros);
- III - permitir, no mínimo, a disposição do seguinte mobiliário:
  - a - 2 (duas) camas de 0,90m x 2,00m(noventa centímetros por dois metros) com acesso livre por toda extensão de uma das laterais de cada cama;
  - b - 1 (um) roupeiro de 2,00m x 0,60m(dois metros por sessenta centímetros) e 1,80m(um metro e oitenta centímetros) de altura, com acesso livre por toda a extensão





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeitura*

da frente.

Art. 76 - Os dormitórios de empregados domésticos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- I - ter pé-direito mínimo de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros);
- II - permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de 1,80m (um metro e oitenta centímetros);
- III - permitir, no mínimo, a disposição do seguinte mobiliário:
  - a - 1 (uma) cama de 0,90m x 2,00m (noventa centímetros por dois metros), com acesso livre por toda a extensão de uma das laterais;
  - b - 1 (um) roupeiro de 1,00m x 0,60m (um metro por sessenta centímetros) e 1,80m (um metro e oitenta centímetros) de altura, com acesso livre por toda a extensão da frente.

Art. 77 - As cozinhas das unidades habitacionais deverão:

- I - ter pé-direito mínimo de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros);
- II - permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de 1,70m (um metro e setenta centímetros);
- III - permitir, no mínimo, a disposição dos seguintes equipamentos, localizados de modo a permitir o acesso livre em toda extensão de suas frentes:
  - a - 1 (um) fogão de 0,70m x 0,70m (setenta centímetros por setenta centímetros);
  - b - 1 (um) refrigerador de 0,80m x 0,80m (oitenta centímetros por oitenta centímetros) e 1,80m (um metro e oitenta centímetros) de altura;
  - c - 1 (um) balcão com pia, de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de frente por 0,55m (cinquenta e cinco centímetros) de profundidade.

Art. 78 - As áreas de serviço das unidades habitacionais deverão:

- I - permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de 1,00m (um metro);
- II - permitir, no mínimo, a disposição dos seguintes equipamentos:
  - a - 1 (um) tanque de 0,60m x 0,50m (sessenta centímetros por cinquenta centímetros) com acesso livre por toda a extensão da frente e afastamento lateral de 0,20m (vinte centímetros) em relação às paredes e à máquina de lavar roupas;
  - b - 1 (uma) máquina de lavar roupas de 0,70m x 0,75m (setenta por setenta e cinco centímetros) com acesso livre por toda a extensão da frente.

Parágrafo único - Os apartamentos tipo conjugado, ou que possuírem apenas 1 (um) dormitório, ficarão isentos da exigência da alínea "b", inciso II, deste artigo.

Art. 79 - Nos apartamentos tipo conjugado, a sala-dormitório deverá:





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete do Prefeito*

- I - ter pé-direito mínimo de 2,60m(dois metros e sessenta centímetros);
- II - permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de 2,80m(dois metros e oitenta centímetros);
- III - permitir, no mínimo, a disposição do seguinte mobiliário:
  - a - 1 (um) conjunto de mesa com 2 (duas) cadeiras, correspondente a um espaço de 2,00m x 0,80m(dois metros por oitenta centímetros) e localizado de modo a permitir o acesso livre por, no mínimo, 1(um) dos lados de maior dimensão;
  - b - 1 (um) sofá de 1,20m x 0,90m(um metro e vinte centímetros por noventa centímetros), com acesso livre por toda a extensão da frente;
  - c - 1 (um) armário de 1,50m x 0,40m(um metro e cinquenta centímetros por quarenta centímetros) e 1,80m(um metro e oitenta centímetros) de altura, com acesso livre por toda extensão da frente;
  - d - 1 (uma) cama de 1,40m x 2,00m(um metro e quarenta centímetros por dois metros), com acesso livre por toda extensão das duas laterais;
  - e - 1 (um) roupeiro de 2,00m x 0,60m(dois metros por sessenta centímetros) e 1,80m(um metro e oitenta centímetros) de altura com acesso livre por toda a extensão da frente.

Art. 80 - Para fim de dimensionamento dos compartimentos, as dimensões mínimas dos roupeiros e dos armários previstos por este código não poderão ser subdivididas.

Art. 81 - As unidades habitacionais deverão conter, no mínimo, 1 (um) compartimento sanitário obedecendo aos seguintes requisitos:

- I - ter pé-direito mínimo de 2,20m(dois metros e vinte centímetros);
- II - permitir a disposição de, no mínimo, 1 (um) vaso sanitário, 1(um) lavatório e 1 (um) chuveiro, com acesso livre pela frente.
- III - não permitir acesso do sanitário à cozinha, diretamente.

Art. 82 - O sanitário de serviço das unidades habitacionais que dispuserem de dormitórios de empregados domésticos deverá obedecer o artigo anterior.

Art. 83 - Para efeito de dimensionamento dos sanitários, em geral, deverá ser observado o seguinte:

- I - vaso sanitário - 0,40m x 0,60m(quarenta centímetros por sessenta centímetros);
- II - lavatório - 0,55m x 0,50m(cinquenta e cinco centímetros por cinquenta centímetros);
- III - local para chuveiro com, no mínimo, 0,80m(oitenta centímetros) de altura e área mínima de 0,80m<sup>2</sup>(oitenta decímetros quadrados);





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

IV - afastamento mínimo entre os aparelhos - 0,15 m(quinze centímetros);

V - afastamento mínimo entre os aparelhos e paredes de 0,20m(vinte centímetros).

Art. 84 - A disposição dos móveis, equipamentos e aparelhos sanitários deverá permitir a abertura das portas em 90° (noventa graus) para o interior do compartimento a que derem acesso.

### **SEÇÃO II DA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR**

Art. 85 - As habitações unifamiliares situadas em terrenos isolados e que não façam parte de conjuntos residenciais, poderão, a critério da Prefeitura Municipal, ficar isentas do disposto nos artigos do capítulo I do título IV deste código.

### **SEÇÃO III DOS PRÉDIOS DE HABITAÇÃO COLETIVA**

Art. 86 - As edificações destinadas a habitação coletiva, além de cumprir as demais disposições do presente código que lhe forem aplicáveis, deverão ter:

I - vestibulo, atendendo às seguintes condições:

a - pé-direito mínimo de 2,20m(dois metros e vinte centímetros);

b - caixa receptora de correspondência, segundo as normas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT.

II - compartimento destinado a depósito de lixo, situado no pavimento térreo, com acesso por área de uso comum e atendendo aos seguintes requisitos:

a - pé-direito mínimo de 2,20m(dois metros e vinte centímetros);

b - piso e paredes revestidos com material lavável e impermeável;

c - área mínima de 1,50m<sup>2</sup> (um metro e cinquenta decímetros quadrados) para os prédios com até 16(dezesseis) unidades autônomas, acrescida de 0,25m<sup>2</sup>(vinte e cinco decímetros quadrados) para cada 10(dez) unidades excedentes, ou fração;

d- vão de ventilação permanente, dotado de tela milimétrica e voltado para área aberta, ou duto vertical de ventilação.

III - sanitários de serviço, com acesso por área de uso comum, constituído de 1(um) vaso, 1 (um) lavatório e 1(um) chuveiro.

IV - elevador ou monta-carga.

V - apartamento destinado ao zelador atendendo, no mínimo, aos requisitos estabelecidos para os apartamentos tipo conjugado, para edificações com mais de 16(dezesseis)





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete do Prefeito*

unidades habitacionais .

### **CAPÍTULO II DOS PRÉDIOS DE COMÉRCIO E DE SERVIÇO**

Art. 87 - As edificações destinadas a escritórios, consultórios, estúdios profissionais e congêneres, além de obedecerem e de cumprirem as disposições deste código que lhes forem aplicáveis deverão atender as seguintes exigências:

I - o vestíbulo do acesso principal de uso comum deverá permitir a inscrição de um círculo com diâmetro igual à largura exigida para a porta e nunca inferior a 1,50m(um metro e cinquenta centímetros);

II - as salas de trabalho deverão ter pé-direito de, no mínimo, 2,60m(dois metros e sessenta centímetros).

Art. 88 - As edificações de que trata o artigo anterior deverão, ainda, conter compartimentos sanitários, atendendo as seguintes proporções:

I - quando forem privativos de cada unidade autônoma:

a - para unidades com área até 100m<sup>2</sup>(cem metros quadrados), no mínimo 1 (um) vaso e 1 (um) lavatório;

b - para unidades com área total superior a 100 m<sup>2</sup>(cem metros quadrados), sanitários separados para cada sexo, na proporção de 1 (um) vaso e 1 (um) lavatório para cada 200m<sup>2</sup>(duzentos metros quadrados) ou fração.

II - quando forem coletivos, sanitários separados para cada sexo, em cada pavimento, na proporção prevista no item "b" do inciso anterior.

Parágrafo único - Nos sanitários masculinos, 50%(cinquenta por cento) dos casos sanitários calculados poderão ser substituídos por mictórios.

Art. 89 - As edificações destinadas a estabelecimentos comerciais e de serviços, além de cumprir as demais disposições deste código que lhes forem aplicáveis, deverão ter compartimentos sanitários:

I - para estabelecimentos com até 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área destinadas a vendas, no mínimo 1(um) vaso sanitário e 1(um) lavatório;

II - para estabelecimentos com mais de 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área destinadas a vendas, sanitários separados para cada sexo, na proporção de 1(um) vaso sanitário e 1(um) lavatório para cada 300 m<sup>2</sup>(trezentos metros quadrados) ou fração.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

### *Gabinete da Prefeita*

Parágrafo único - Nos sanitários masculinos 50%(cinquenta por cento) dos vasos sanitários calculados poderão ser substituídos por mictórios.

Art. 90 - As edificações destinadas a estabelecimentos comerciais ou de serviços deverão, ainda, obedecer ao pé-direito de, no mínimo:

- I - 3,00m(três metros quadrados) quando a área do compartimento não exceder a 30,00m<sup>2</sup>(trinta metros quadrados);
- II - 3,50m<sup>2</sup>(três metros e cinquenta centímetros) quando a área do compartimento for superior a 30,00m<sup>2</sup>(trinta metros quadrados) e inferior a 80,00m<sup>2</sup>(oitenta metros quadrados);
- III- 4,00 m ( quatro metros ) quando a área do compartimento exceder a 80,00m<sup>2</sup>(oitenta metros quadrados).

§ 1º - Os pé-direitos mínimos estabelecidos nos incisos I , II e III deste artigo poderão ser reduzidos para 2,60m(dois metros e sessenta centímetros), 3,00m(três metros) e 3,50m(três metros e cinquenta centímetros) respectivamente, quando o compartimento for dotado de instalação de ar condicionado.

§ 2º - Será permitida a construção de jiraus nos estabelecimentos comerciais ou de serviços, desde que atendidas as seguintes condições:

- I - apresentem altura livre, nas partes inferior e superior, de no mínimo 2,10m (dois metros e dez centímetros);
- II- não ocupem mais de 25 %(vinte e cinco por cento) da área do piso do pavimento principal.

### **CAPÍTULO III**

### **DAS GARAGENS E DOS ESTACIONAMENTOS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DAS GARAGENS INDIVIDUAIS**

Art. 91 - As garagens individuais além das disposições do presente código que lhes forem aplicáveis, deverão ter:

- I - pé-direito livre mínimo de 2,20m(dois metros e vinte centímetros);
- II - largura mínima útil de 2,50m(dois metros e cinquenta centímetros);
- III- comprimento mínimo de 5,00m(cinco metros).

#### **SEÇÃO II**

#### **DAS GARAGENS E DOS ESTACIONAMENTOS COLETIVOS**

Art. 92 - As garagens e estacionamentos coletivos, além das demais disposições previstas neste Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer aos seguintes requisitos:





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

- I - pé-direito livre mínimo de 2,20m(dois metros e vinte centímetros);
- II - locais de estacionamentos para cada veículo com largura mínima de 2,40m(dois metros e quarenta centímetros);
- III - vão de entrada com largura mínima de 2,75m(dois metros e setenta e cinco centímetros) exigindo-se largura, no mínimo, correspondente a 2(dois) vãos, quando garagem comportar mais de 50(cinquenta) veículos;
- IV - largura livre dos correspondentes igual a, no mínimo, 6,00m(seis metros).

§ 1º - A circulação vertical para pedestres, quando necessária, deverá ser independente da circulação para veículos e possuir largura mínima de 1,00m(um metro).

§ 2º - Aplicam-se aos estacionamentos descobertos, no que couber, as disposições deste artigo.

### **SEÇÃO III DAS GARAGENS COMERCIAIS**

Art. 93 - Considerar-se-ão garagens comerciais, para efeitos deste código, aquelas destinadas à localização de espaços para estacionamentos e guarda de veículos.

Art. 94 - As edificações destinadas a garagens comerciais, além das disposições previstas no artigo deverão obedecer às seguintes exigências:

- I - ter instalações sanitárias destinadas aos funcionários, constituídos por, no mínimo, 1(um) vaso sanitário, 1(um) lavatório, 1(um) mictório e 1(um) chuveiro, dimensionadas conforme o artigo 83;
- II - ter compartimento destinado à permanência dos funcionários, atendendo aos seguintes requisitos:
  - a - permitir a inscrição de um círculo com diâmetro de 2,40m(dois metros e quarenta centímetros);
  - b - ter dimensões tais que permitam a disposição de:
    - 1 sofá de 1,20m x 0,90m(um metro e vinte centímetros por noventa centímetros), com acesso livre por toda extensão da frente;
    - 1 (um) armário de 1,20m x 0,40m(um metro e vinte centímetros por quarenta centímetros) e 1,40m(um metro e quarenta centímetros) de largura, com acesso livre por toda a extensão da frente;
  - c - ter vão de ventilação permanente voltado para o exterior.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

### **CAPÍTULO IV DOS EQUIPAMENTOS E DAS INSTALAÇÕES**

#### **SEÇÃO I DOS ELEVADORES**

Art. 95 - As edificações com mais de 4 (quatro) pavimentos ou com altura igual ou superior a 10m(dez metros), medida do piso do pavimento térreo até o piso do pavimento mais elevado, deverão ser servidas por elevador.

Parágrafo único - Para cálculo da altura não será computado o último pavimento, quando este for de uso exclusivo do penúltimo pavimento, ou destinado a dependências de uso comum ou destinado ao zelador.

Art. 96 - O dimensionamento e as características gerais de funcionamento dos elevadores deverão obedecer o que estabelece a NBR 7192 da ABNT.

#### **SEÇÃO II DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

Art. 97 - Todas as edificações deverão ser providas de instalações elétricas, executadas por técnico habilitado, de acordo com o que estabelece a NBR 5354 e NBR 6689 da ABNT e o regulamento de instalações consumidoras da CEEE concessionária que responda pelo serviço de energia elétrica.

#### **SEÇÃO III DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS**

Art. 98 - As instalações prediais de água deverão atender ao que estabelece a NBR 5626 da ABNT e ao regulamento dos serviços de Água e Esgoto da CORSAN ou concessionária que responda pelo setor.

#### **SEÇÃO IV DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS**

Art. 99 - As instalações prediais de esgoto deverão atender, além do que dispõe este código, à NBR 8160 da ABNT e ao regulamento dos serviços de Água e Esgoto da CORSAN, ou do órgão municipal responsável.

Art. 100 - As instalações prediais de esgoto sanitários deverão ser ligados aos coletores públicos, quando houver sistema separador absoluto.

Art. 101 - Nas edificações situadas em vias não servidas por esgoto cloacal deverão ser instalados fossa séptica e sumidouro, obedecendo às seguintes especificações:

- I - quanto à fossa séptica:
  - a - deverá ser dimensionada de acordo com a NBR 7229;
  - b - deverá ser localizada em área próxima à via pública, com tampa visível e sem nenhuma obstrução que possa dificultar





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

sua limpeza;

II - quanto ao sumidouro:

a - deverá ser dimensionado de acordo com a NBR 7229 e com capacidade nunca inferior a 1,50m<sup>3</sup>(um e meio metro cúbico);

b - deverá localizar-se à, no mínimo, 1,50m(um metro e meio) das divisas do terreno;

c - deverá localizar-se à, no mínimo, 20m(vinte metros) de poços de abastecimento de água potável.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal ao fornecer as informações urbanísticas especificará a destinação do efluente da fossa séptica.

### **SEÇÃO V**

#### **DAS INSTALAÇÕES PARA ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DE INFILTRAÇÕES**

Art. 102 - Os terrenos, ao receberem edificações, serão convenientemente tratados para dar escoamento às águas pluviais e de infiltração.

Art. 103 - As instalações para escoamento de águas pluviais serão executados de acordo com o que estabelece a NB 611 da ABNT.

Art. 104 - As águas pluviais deverão ser canalizadas para a rede de esgoto pluvial.

§ 1º - Em caso de impossibilidade ou inconveniência de conduzir as águas pluviais à rede pública será permitido o seu lançamento na sarjeta, vala ou curso d'água.

§ 2º - A ligação à rede pública será cancelável a qualquer momento pela prefeitura Municipal, desde que a infra-estrutura urbana requeira modificação ou se dela resultar qualquer prejuízo ou inconveniência.

### **SEÇÃO VI**

#### **DAS INSTALAÇÕES DE GÁS**

Art. 105 - Os materiais e acessórios empregados nas instalações de gás deverão satisfazer ao que estabelece a NBR 8613 da ABNT.

Art. 106 - Os recipientes de gás com capacidade de até 13 kg(treze quilos) poderão ser instalados no interior das edificações, desde que atendam às normas da ABNT.

Art. 107 - Quando instalados no interior das edificações, os recipientes de gás deverão ser localizados em armário de alvenaria situado na cozinha ou na área de serviço, dotado de:

I - porta incombustível vedada e não voltada para o aparelho consumidor;

II - ventilação para o exterior da edificação com, no mínimo, duas aberturas de 5cm(cinco centímetros) de diâmetro junto ao piso, e uma terceira de igual diâmetro na parte superior.





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

§ 1º - No interior dos armários de que trata este artigo não poderão ser instalados ralos ou caixas de gordura.

§ 2º - Para efeito de dimensionamento, deverá ser previsto local para dois (2) recipientes de GLP em cada economia, considerando-se para cada recipiente um espaço de 0,40x0,40x0,65m(quarenta centímetros por quarenta centímetros por sessenta e cinco centímetros).

### **SEÇÃO VII DAS INSTALAÇÕES DE TELEFONES**

Art. 108 - Nas habitações unifamiliares com área superior a 120 m<sup>2</sup> cento e vinte metros quadrados ) e nas edificações de uso coletivo será obrigatória a instalação de tubulação para serviços telefônicos em cada economia, de acordo com as normas da CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações ou Concessionária que responder pelo serviço de telefonia/comunicação.

### **SEÇÃO VIII DAS INSTALAÇÕES DE AR CONDICIONADO**

Art. 109 - As instalações de sistemas de ar condicionado obedecerão ao que estabelece a NBR 6675 da ABNT.

Art. 110 - Todos os aparelhos de ar condicionado deverão ser dotados de instalações coletoras de água.

### **SEÇÃO IX DAS CHAMINÉS**

Art. 111 - Os estabelecimentos cuja atividade obrigue a instalação de chaminé deverão solicitar autorização do DMA da SSMA - Departamento do Meio Ambiente da Secretária da Saúde e do Meio Ambiente ou órgão legalmente instituído para o controle ambiental.

### **SEÇÃO X DAS INSTALAÇÕES DE PÁRA-RAIOS**

Art. 112 - A execução das instalações de pára-raios deverá ser precedida de projeto, de acordo com o que estabelece a NB 165 da ABNT.

Art. 113 - Será obrigatório a instalações de pára-raios em toda edificação com mais de 03 ( três) pavimentos ou altura superior a 10m dez metros), de acordo com o que estabelece a NBR 5419 da ABNT .

Parágrafo único - Será também obrigatória a instalação de pára-raios nas edificações que, mesmo com altura inferior à mencionada no "caput" do artigo, tenham projeção horizontal superior a 3.000m<sup>2</sup>(três mil metros quadrados) ou edificações com qualquer área, destinada a:

I - loja;





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

II - mercado ou supermercado;

III - escolas;

IV - locais de reuniões;

V - edifícios-garagem;

VI - inflamáveis e explosivos;

VII - terminais rodoviários;

VIII - fábricas.

Art. 114 - As exigências quanto às instalações de pára-raios aplicar-se-ão integralmente às reformas e ampliações.

### **SEÇÃO XI**

#### **DA PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS**

Art. 115 - No que concerne à proteção contra incêndios, as edificações deverão obedecer, no que couber, ao que estabelecem a NBR 9077 e NB 24 da ABNT.

Art. 116 - A existência de outros sistemas de prevenção não excluirá a obrigatoriedade da instalação de extintores de incêndios em todas as edificações.

§ 1º - Excetuar-se-ão das exigências deste artigo as habitações unifamiliares e os prédios de habitação coletiva com até 2(dois) pavimentos, com, no máximo 02(duas) economias por pavimento.

§ 2º - A existência de garagem ou elevador no corpo do prédio de habitação coletiva obrigará a instalação de extintores de incêndio, independente do número de pavimentos.

§ 3º - Nos prédios onde se depositam inflamáveis e/ou explosivos, além das exigências deste código, deverá ser observado o que estabelece a NB 98 da ABNT.

Art. 117 - Os extintores deverão possuir o selo atualizado da marca de conformidade da ABNT e estabelecer ao que estabelece a EB 624 no que diz respeito à manutenção e recarga.

Art. 118 - A instalação dos extintores será procedida do projeto de localização aprovado pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art. 119 - Os extintores deverão ser posicionados e localizados obedecendo os seguintes critérios:

I - local visível e de fácil acesso;

II - não se localizarem nas paredes das escadas;

III - ter sua parte superior situada, no máximo, 1,60m(um metro e sessenta centímetros) do piso.

Art. 120 - Nos ambientes de trabalho, deverá ser obedecido o que estabelece a NR 23 da portaria nº 3.214 de 08.06.78 do Ministério do Trabalho.

### **SEÇÃO XII**

#### **DAS ANTENAS**





*Estado do Rio Grande do Sul*

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA**

*Gabinete da Prefeita*

Art. 121 - Nas edificações destinadas à habitação coletiva será obrigatória a instalação de tubulação para antenas de televisão atendendo a todas as unidades habitacionais.

### **TÍTULO V DAS EDIFICAÇÕES EM MADEIRA**

Art. 122 - As edificações em madeira, além de obedecerem todos os demais requisitos deste código deverão:

- I - constituir uma única economia;
- II - possuir, no máximo, 2(dois) pavimentos;
- III - manter um afastamento mínimo de:
  - a - 2,50m(dois metros e cinquenta centímetros) em relação às divisas do terreno;
  - b - 5,00m(cinco metros) em relação a qualquer economia constituída no mesmo lote.

### **TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 123 - A numeração das edificações será fornecida pelo setor competente da Prefeitura Municipal.

Art. 124 - Nos prédios com mais de uma economia, a numeração destas será feita utilizando-se números sequenciados de três algarismos, sendo que o primeiro deles deverá indicar o número do pavimento onde se localiza a economia.

Parágrafo único: A numeração das economias deverá constar das plantas-baixas do projeto e não poderá ser alterada sem autorização da Prefeitura Municipal.

Art. 125 - Os casos omissos nesta Lei Municipal serão resolvidos pelo setor competente da Prefeitura Municipal.

Art. 126 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 127 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA,**

09 de Julho de 1999.

  
**JOSE ALDORI DE LIMA**  
Prefeito Municipal

**Registre-se e Publique-se**

  
**JUVENTIL MAFALDA SANTOS**  
Sec. Mun. da Administração

